

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 14/Jun

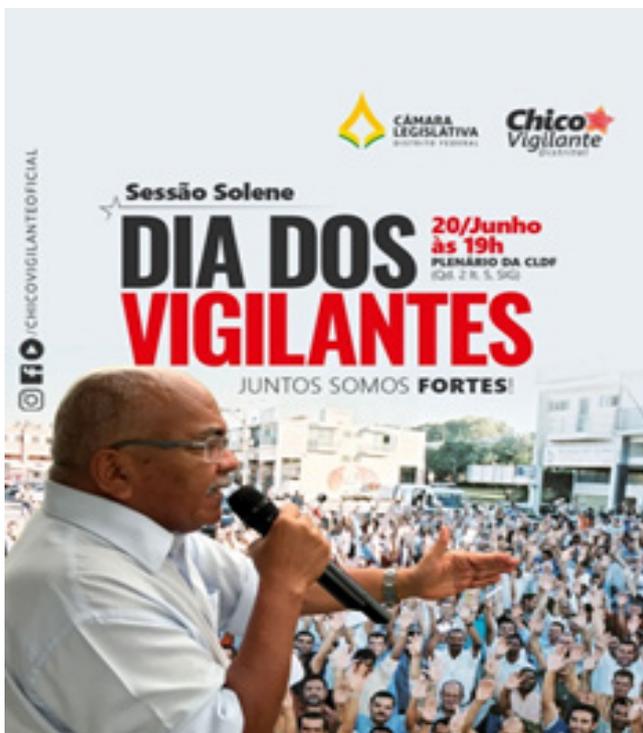


cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2799/2022



DISTRITO FEDERAL

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO DIA NACIONAL DOS VIGILANTES



Por iniciativa do Deputado Chico Vigilante, no dia 20 de Junho de 2022, a CLDF fará uma Sessão Solene em comemoração ao Dia Nacional dos Vigilantes. Chico quer homenagear de forma especial esta categoria à qual ele pertence e da qual muito se orgulha, formada por homens e mulheres honrados que trabalham em cada pontinho do Distrito Federal e do Brasil. O deputado gosta de lembrar que ele e outros companheiros lideraram a primeira greve de vigilantes, há mais de 40 anos, que resultou na criação do primeiro sindicato da categoria, que é referência de organização e luta.

Os vigilantes são profissionais fundamentais para a vida da população e realizam suas atividades de forma abnegada em todos os lugares: desde terminais rodoviários, a aeroportos, hospitais, bancos, ministérios, fazendo transporte de valores, no transporte aquaviário e no transporte aéreo, entre vários outros. Tiveram, inclusive, significativa atuação durante a pandemia da Covid-19, na linha de frente dos hospitais e postos de saúde no combate à doença.

Também chama a atenção dos colegas vigilantes para refletir sobre a data e nossas lutas. Somos uma categoria forte, que ainda tem muito pelo que lutar, como a restituição da nossa aposentadoria especial e o resgate de garantias que perdemos na reforma trabalhista nefasta de Temer e na reforma previdenciária cruel de Bolsonaro. Que o dia seja de comemoração, mas também reflexão sobre as mobilizações que precisamos travar pela conquista de todos os nossos direitos.

Serviço:

20 de Junho

19 horas

Plenário da CLDF

Acompanhe ao vivo nos canais oficiais do Youtube e Facebook

[facebook.com/chicovigilanteoficial](https://www.facebook.com/chicovigilanteoficial)

[youtube.com/chicovigilanteoficial](https://www.youtube.com/chicovigilanteoficial)

FONTE: ASSESSORIA COMUNICAÇÃO DEP.

CHICO VIGILANTE

Vigilante impedida de levar advogada à rescisão de contrato deve ser indenizada



A decisão da 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) confirmou a sentença do juiz Felipe Lopes Soares, da 3ª Vara do Trabalho Rio Grande. Além da condenação por danos morais, no valor de R\$ 3 mil, foi mantida a nulidade da “despedida por acordo” e reconhecida a dispensa sem justa causa.

A trabalhadora prestou serviços à empresa de vigilância por cinco anos e meio. Ao ser despedida, foi impedida de comparecer à assinatura da rescisão acompanhada de advogada. Conforme o vigilante que trabalhava no dia marcado para a rescisão, a orientação da empresa era para que apenas uma pessoa entrasse nas dependências por vez, em função da pandemia.

No entanto, o preposto da empresa informou que a advogada foi impedida de entrar porque não tinha procuração e que esta teria sido a determinação de superiores. Testemunhas também disseram que outros empregados compareceram na rescisão acompanhados, até mesmo de familiares.

O magistrado Felipe Soares ressaltou que é direito dos empregados se fazerem acompanhar por advogado na rescisão contratual, se assim desejarem. “Ademais é direito do advogado,

previsto no Estatuto da OAB, ingressar livremente no local onde compareça seu cliente”, afirmou. A empresa recorreu ao Tribunal para reverter a condenação. Alegou que não há previsão legal para presença de advogado no momento da rescisão, não tendo praticado ilícito.

Para o relator do acórdão, desembargador Marcelo José Ferlin D’Ambroso, a prova oral produzida foi suficiente para comprovar a má-fé da empresa. “O caso em questão é ainda mais grave, pois a ré utilizou-se de seu poder econômico para induzir os empregados necessitados a assinarem ‘acordos rescisórios’, renunciando a parte dos direitos que lhes são garantidos. Resta evidente que a empresa, objetivando reduzir custos com a rescisão dos empregados, buscou enfraquecer ainda mais os trabalhadores, obrigando-os a comparecer para a assinatura dos documentos rescisórios sem o acompanhamento de advogado”, mencionou o relator.

A Turma salientou a necessidade da observância dos princípios da segurança jurídica, ato jurídico perfeito e direito adquirido, direitos fundamentais e cláusulas pétreas constitucionais. Os magistrados aprovaram de forma unânime, a inaplicabilidade das alterações realizadas pela Reforma Trabalhista no caso, um contrato iniciado em 2014, principalmente em relação à retirada de direitos trabalhistas.

Também participaram do julgamento os desembargadores Luiz Alberto de Vargas e Brígida Joaquina Charão Barcelos. A empresa apresentou recurso de revista contra a decisão, mas seu seguimento foi negado.

Fonte: Sâmia de Christo Garcia (Secom/TRT4). Foto: rafapress/DepositPhotos

FONTE: TRT 4ª REGIAO

Contratos de segurança patrimonial em escolas da Rede Estadual de Ensino são renovados



Renovação é para prestação de serviço de vigilância patrimonial ostensiva, armada e desarmada, nas unidades educacionais

O Governo de Rondônia renovou por mais seis meses, oito contratos com empresas especializadas para a prestação de serviço de vigilância patrimonial ostensiva, armada e desarmada, nas unidades educacionais da Rede Pública Estadual. Os contratos abrangeram 108 escolas e um almoxarifado dentre os 28 municípios.

Com a renovação do contrato, nesse primeiro momento, 436 vigilantes foram beneficiados. Os acordos decorreram do Pregão Eletrônico nº 761 de 2020. As duas renovações restantes estão previstas para acontecerem nos próximos meses.

A retomada dos vigilantes aconteceu durante o período de pandemia devido ao aumento de furtos nos estabelecimentos de ensino, quando as aulas presenciais estavam suspensas. Em razão disso, o Governo de Rondônia constatou a necessidade de contratar empresas para garantir a segurança do patrimônio, como também dos seus profissionais e alunos.

“A presença de vigilante é fundamental para a segurança de todos da comunidade educacional. Esses profissionais são importantes para preservação da ordem pública, coibindo atos criminosos dentro do ambiente escolar”, pontua a gestora da Secretaria de Estado da Educação – Seduc, Ana Lúcia Pacini.

PRÓXIMAS RENOVAÇÕES

Nos próximos meses, serão formalizadas mais renovações de contratos para atender às unidades educacionais nos demais municípios. Em junho será oficializado para escolas de Guajará-Mirim (9), Nova Mamoré (2) e Cerejeiras (3), contabilizando (14) escolas.

Já em agosto será para o município de Buritis, com três escolas. No final de todas as formalidades, 514 vigilantes serão beneficiados e mantidos em seus empregos.

Fonte

Texto: Emanuelle Pontes

Fotos: Daiane Mendonça

Secom - Governo de Rondônia

SINDICATO SVNIT PRESSIONA E EMPRESA PAGA O SALÁRIO



Após pressão do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões a empresa se Segurança Golden Rio efetuou na última sexta-feira, dia 10/06/22, parte do pagamento do salário dos Vigilantes do Mês de maio/22 e ontem, dia 13/06/22, concluiu o pagamento do salário e também começou o pagamento das férias dos trabalhadores que desde o dia 01/06/22, já estavam em casa aguardando, total falta de respeito com os vigilantes.

A diretoria do Sindicato Svnit esta encaminhando uma solicitação de fiscalização na empresa Golden Rio pelo Ministério do Trabalho pelo descumprimento da Legislação Trabalhista e da CCT em Vigor.

A empresa Golden Rio vem pagando o salário,

tíquete refeição e férias fora da data correta e não esta pagando as multas determinada pela Legislação em vigor e a pela CCT atual.

Temos cobrado da prefeitura de Maricá providencias sobre essa falta de respeito da empresa com os trabalhadores, pois é a contratante que tem que fiscalizar o fiel cumprimento do contrato, e se a empresa vem cumprindo, cabe a prefeitura tomar as devidas providencias, pois em qualquer ação a prefeitura é parte por ser a contratante.

FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões

Cartórios começam a aceitar reconhecimento de firma online

O procedimento de reconhecimento de firma agora pode ser feito pela internet



Desde a última terça-feira (7), já é possível reconhecer firma por autenticidade pela internet. O processo que antes era possível apenas presencialmente em um cartório, agora pode ser feito a distância.

A nova ferramenta para reconhecimento de firma por meio da internet se chama “e-Not Assina” e nasceu através de uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça e do Colégio Notarial do Brasil/Conselho Federal.

O e-Not Assina se trata de uma plataforma em que é permitido assinar digitalmente os documentos e realizar o reconhecimento da assinatura eletrônica no cartório emissor do certificado digital notariado.

Dessa maneira, o reconhecimento digital nos documentos são submetidos pelo e-Not Assina, ao qual terá o custo do reconhecimento de firma por semelhança, conforme a tabela de emolumentos estaduais dos Tabeliães de Nota.

Como utilizar a plataforma

Para a utilização do reconhecimento de firma digital, é necessário que o cidadão possua um certificado digital notariado.

Cada signatário do documento deve possuir um certificado digital notariado, emitido em um cartório credenciado do

e-Not Assina.

O cidadão pode consultar os cartórios que são credenciados na plataforma por meio da página de pesquisa e-notariado.org.br/customer/service-providers.

Dessa forma o documento passa a ter validade de três anos e também é autenticado por tabelião de notas, que identifica o indivíduo e o vínculo junto ao certificado.

Com o certificado em mãos, basta que o cidadão realize o upload do documento que deve ser assinado eletronicamente e indicar quem precisa assinar.

Por fim, será necessário realizar a assinatura digital do documento e enviá-lo ao destinatário final, feito isso, o documento já pode ser utilizado para os devidos fins.

FONTE: JORNAL CONTABIL - Ricardo Junior

Trabalhador que investiu FGTS em ações da Eletrobras perdeu 7% só no fim de semana

Ações da Eletrobras perderam 7% de valor desde sexta-feira. 370 mil trabalhadores investiram R\$ 6 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). CNE diz que ainda dá tempo de desistir da compra



Cerca de 370 mil trabalhadores e trabalhadoras investiram R\$ 6 bilhões de suas contas individuais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em compras de ações da Eletrobras, a estatal de energia privatizada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Foi com esse dinheiro do trabalhador que a estatal pôde ser vendida, já que o preço atingido foi de R\$ 29 bilhões, enquanto o valor mínimo era de R\$ 25 bilhões. Ou seja, sem os R\$ 6 bi o valor mínimo de venda não seria atingido.

Como todo o investimento na bolsa de valores é de risco, quem comprou ações da Eletrobras pagou na última sexta-feira (10), R\$ 42,00 por cada ação e nesta segunda (13), seu valor havia baixado para R\$ 39,00 – uma perda de pouco mais de 7% em apenas um final de semana.

A explicação para essa queda, segundo Tiago Vergara, dirigente do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), foi a desistência de grandes fundos de investimento em comprar ações. Desistiram o fundo soberano de Cingapura e um fundo de pensão do Canadá, por considerarem alto o valor de R\$ 42,00 por cada ação.

O CNE recentemente pediu aos trabalhadores que evitassem o uso do FGTS na compra das

ações da Eletrobras, pois de acordo com a entidade quem comprar não poderá se desfazer destas ações por um ano.

Em boletim, o CNE ressaltou que “se nesse período ocorrer um processo de reversão da privatização e da descolização, os acionistas de FGTS não poderão negociar saída da operação. Mesmo em caso de desvalorização vertiginosa que essa operação causará ao erário público e ao povo brasileiro”.

Para quem investiu no negócio, ainda há tempo de desistir, diz Vergara. Segundo ele, a compra ainda não foi efetivamente efetuada, apenas reservada.

“Por enquanto é como se você reservasse um carro junto à uma locadora, mas ainda não pagou. Portanto, o negócio ainda não foi fechado”, explica o dirigente, que aconselha a quem desistir procurar seus direitos na justiça.

“A bolsa de valores é um negócio de risco, enquanto o Fundo de Garantia é uma poupança que o trabalhador tem para um momento de desemprego, da aposentadoria e investir num imóvel, que é mais seguro”, conclui Vergara.

Ato contra privatização

O CNE, a Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo estão puxando atos em todo território nacional, e em especial na frente da Bolsa de Valores, em São Paulo, às 10h – com concentração a partir das 9h, nesta terça-feira (14). O endereço é R. Quinze de Novembro, 275, centro de São Paulo.

FONTE: CUT - Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

Modelo econômico concentra renda e privilegia banqueiros

Conjuntura do setor financeiro mostra como as instituições financeiras lucram com a crise econômica no Brasil em detrimento da população brasileira



Na primeira mesa da tarde deste sábado (11), da 24ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, o economista da subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Gustavo Machado Cavarzan, realizou uma análise da conjuntura econômica. “Vimos no primeiro trimestre do ano os lucros dos bancos atingindo novos recordes e espelhando o modelo econômico concentrador de renda que vigora no país”, disse.

De acordo com ele, um dos motivos para esse resultado é a população brasileira estar passando por um momento de extrema dificuldade, com desemprego elevado, queda da renda, inflação nas alturas, aumento da pobreza e da fome. “Diante da dificuldade de pagar as contas do mês, os brasileiros se veem obrigados a recorrer ao endividamento com os bancos, principalmente por meio de cartões de crédito. O que para o banco significa mais receitas, lucros e dividendos aos acionistas. Mas, para as famílias brasileiras significa um comprometimento maior de sua renda com o pagamento de parcelas de empréstimos bancários com altos juros”.

Digitalização

Além do modelo concentrador de renda do país, “o resultado dos bancos é construído com base em um forte processo de digitalização, reestruturação e surgimento de novos modelos de negócios”, acrescentou o economista.

Para Cavarzan, a solução é “lutar de forma urgente por um sistema financeiro que sirva ao desenvolvimento econômico do país e não se alimente das dificuldades da população para aumentar seus resultados”.

A mesa de apresentação dos dados sobre tendências estruturais e conjunturais do emprego no ramo financeiro continuou com a economista do Dieese na subseção do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rosângela Vieira. Ela fez o mapeamento dos trabalhadores e das trabalhadoras do ramo financeiro, como subsídio para a estratégia de atuação da entidade nos próximos anos.

Para a economista, o saldo positivo na geração de empregos na categoria bancária têm como sua principal base as admissões na Caixa, que atendem à ordem judicial de convocação de aprovados em concurso realizado em 2014, após importante atuação da Contraf-CUT e da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), e a ampliação da contratação de trabalhadores em ocupações nas áreas de Tecnologia da Informação (TI). No entanto, ela explicou que “excluindo o saldo positivo originado pela Caixa e pelas contratações na Área de TI, em 2021 o saldo do emprego bancário seria negativo em mais de mil postos de trabalho”.

Segundo Rosângela, a campanha salarial da categoria se dará em um contexto adverso, sendo de extrema importância toda essa discussão sobre os dados bancários, para que haja uma campanha com ganhos reais. “Mudanças tecnológicas e organizacionais têm afetado o emprego bancário. O encolhimento da categoria e a alteração na dinâmica estrutural ocupacional nos bancos, com aumento da ‘gerencialização’ e ampliação de trabalhos fora das agências, especialmente em áreas de TI, é uma realidade estrutural. Além disso, há novas tendências como o aumento dos pedidos de desligamento. O debate que a categoria está construindo aqui é fundamental”, concluiu Rosângela.

FONTE: CONTRAF

Possibilidade de uma greve geral é real, alertam servidores federais

Alerta é resposta à sinalização do ministro Paulo Guedes, de que o governo deu por encerrada qualquer possibilidade de reposição aos servidores, que estão com salários congelados há quatro anos



Conjunto do funcionalismo federal, com salários congelados há quatro anos, reivindica reposição de 19,99%

A possibilidade de construção de uma greve geral, que envolva todos os servidores federais, é real. O alerta é do secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva. “As greves que estão acontecendo na base do funcionalismo dão a dimensão da indignação da categoria. Nós vamos continuar debatendo e dialogando para que a categoria amplie cada vez mais essa indignação”, disse, diante da sinalização do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o governo deu por encerrada qualquer possibilidade de reposição salarial dos servidores públicos.

Nesta quinta-feira (9), em reunião com empresariado da cadeia de abastecimento, Guedes disse que o governo “não conseguiu dar aumento de salários”. E que “logo ali na frente vai ter aumento pra todo mundo”, como se o atual governo pudesse cumprir uma reposição

futura. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo tem de prever qualquer reajuste até o fim deste mês.

Para o dirigente da Condsef, tal cenário deixa claro que a fala do ministro é “mais uma das diversas falácias proferidas desde que o tema entrou em pauta”. “Não é possível a gente ver tudo isso e ficar quieto, ou então achar que isso é normal”, disse.

Criador de confusão

Desde o fim do ano passado, quando prometeu reajustar salários das categorias “de interesse eleitoral”, como as forças de segurança, o governo federal avançou e recuou diversas vezes, confundindo a população e tentando desmobilizar os servidores.

“A gente sabia que essa sistemática dele, de toda semana inventar uma situação, era pra chegar nesse estágio. Se tivesse uma preocupação mínima com o funcionalismo, ele

não deixaria assim pro último momento uma situação como essa”, disse Sérgio, referindo-se à possibilidade de uma greve geral dos servidores federais. “Só nos resta continuar lutando para que logo mais na frente a gente consiga virar esse jogo totalmente desumano com o conjunto do funcionalismo”.

Para a liderança, a “desfaçatez do governo” em suas recentes idas e vindas, bem como os cortes no orçamento, contradizem os recentes discursos oficiais de que haveria espaço para o investimento de recursos públicos federais na manutenção do preço dos combustíveis. “Eles tentam burlar as restrições de orçamento em uma série de situações. A gente sabe qual é a finalidade eleitoreira disso. A lição é dura, mas que o conjunto do funcionalismo aprenda. Sem luta não há conquista”.

Servidores do Judiciário

Nesta sexta-feira (10), a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) protocolou ofício no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo ao ministro e presidente do Supremo, Luiz Fux, urgência no encaminhamento

do projeto de lei de recomposição salarial dos servidores Judiciário e do Ministério Público. Documento com o mesmo teor foi encaminhado para a Procuradoria Geral da República (PGR), com endereçado ao procurador-Geral Augusto Aras.

“O STF tem autonomia suficiente para pautar o reajuste dos servidores federais do Judiciário e não precisa ficar subordinado ao governo federal, que já demonstrou descaso com todos os trabalhadores brasileiros. Exigimos que o ministro Luiz Fux tenha uma posição diferente do governo e que encaminhe o projeto para a recomposição salarial dos servidores públicos. Esperamos que o STF não se alinhe à política de congelamento salarial”, disse Lucena Pacheco, coordenadora-geral da Fenajufe.

Os servidores estão com salários congelados há quatro anos e buscam, sem sucesso, um caminho para negociar com o governo a reposição das perdas com a inflação no período. O conjunto da categoria reivindica 19,99% de reajuste.

FONTE: RBA

Peritos do INSS estão sem pagamento de honorários do governo federal desde setembro de 2021

Novo projeto de lei para liberação de verba ainda tramita no Congresso



Os peritos médicos que atuam em processo envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Justiça Federal estão sem pagamento das perícias realizadas neste ano. A informação é do Instituto Brasileiro de Perícia Social (IBPS).

A entidade informou que os peritos seguem trabalhando, mas que ainda não há uma perspectiva de quando os valores serão quitados.

A situação de falta de pagamento já está acontecendo desde o dia 23 de setembro e sem data-limite para o governo arcar com os custos,

conforme a lei 13.876, de 2019.

Segundo a legislação, os exames feitos no Judiciário em processos de benefícios por incapacidade nos quais o INSS é parte seriam custeados pelo Poder Executivo por até dois anos. O prazo venceu em setembro de 2021 e os pagamentos deixaram de ser feitos.

Segundo o IBPS, no final de dezembro, as perícias que haviam sido agendadas até o dia 23 de setembro de 2021 foram quitadas. Esses exames ocorreram nos três últimos meses do ano. Os demais exames realizados até então não foram pagos.

Nova legislação determina que governo pague perícias

Os profissionais da saúde acreditaram que o impasse chegaria ao fim com a publicação da lei 14.331, no início de maio, já que a nova legislação determina que o governo federal é que irá arcar com as perícias médicas em

ações nos quais o INSS figurar como parte para concessão ou revisão de benefícios como auxílio-doença e BPC (Benefício de Prestação Continuada), desde que perca o processo.

Na prática, o Executivo irá custear as perícias necessárias e, ao final do processo, se houver derrota do segurado e caso ele seja beneficiário da Justiça gratuita, o pagamento segue por conta do Executivo.

Caso contrário, o cidadão terá de arcar com o custo. No entanto, para que os valores sejam liberados, é necessária a aprovação de um outro projeto, já em trâmite no Congresso, mas que ainda não tem relator e nem data para votação.

No Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 13, de 2022, que visa regularizar a situação, a previsão é de gastos de R\$ 312,7 milhões com as perícias médicas neste ano. Pelos cálculos do IBPS, valores acima de R\$ 100 milhões deixaram de ser pagos aos profissionais em 2022.

Mais de 4 mil peritos sem receber

A estimativa é que o país tem hoje mais de 4.000 peritos que atuam no Judiciário Federal sem receber pelo trabalho. A categoria envolve médicos e também assistentes sociais. Em média, médicos fazem de dez a 20 perícias por dia.

O custo é de R\$ 200. Já os assistentes sociais fazem uma média de duas perícias por dia, já que, muitas vezes, é necessário deslocamento desses profissionais e os exames tomam mais tempo.

A perícia social ocorre nas ações que envolvem concessão ou revisão de BPC (Benefício de Prestação Continuada), quando é necessário avaliar a condição social do segurado, além da situação geral no caso das pessoas com deficiência que vão à Justiça em busca do benefício.

Conselho da Justiça confirma que não pagou valores

Em nota, o Conselho da Justiça Federal (CJF), responsável pelo repasse de verbas aos Tribunais Regionais Federais (TRFs), onde estão abrigados do Juizados Especiais Federais, afirma que as perícias “nomeadas” após 24 de setembro de 2021 tiveram pagamento normal.

Sobre os valores dos exames realizados em 2022, o órgão diz que, nas ações em que o INSS não é parte, o pagamento ocorre normalmente.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Já nas demais os valores realmente não foram quitados.

“Quando o INSS é parte e se discute a concessão de benefícios assistenciais à pessoa com deficiência ou benefícios previdenciários decorrentes de incapacidade laboral, o pagamento está condicionado à concessão do crédito adicional em tramitação no Congresso Nacional, por meio do PLN 13/2022”, diz a nota.

O conselho afirma ainda que são feitas, em média, 22 mil perícias mensais e confirma que o crédito adicional solicitado no PLN 13 em tramitação no Congresso para o ano de 2022 é de R\$ 312 milhões.

Procurados, apenas os TRFs 5 e 3 (Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 3ª Regiões) responderam aos questionamentos da Folha. O TRF-5, que atende estados do Nordeste, informou que “não repassa recursos para os peritos” e que a responsabilidade é de outros órgãos.

Tribunal de SP buscou solução em 2021

O TRF-3, responsável pelos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, afirmou que, em 2020, foram realizadas 85.252 perícias nas ações em tramitação e em 2021, mais de 88 mil. “Cabe lembrar que as perícias foram afetadas nos períodos mais agudos da Covid-19”, diz nota do tribunal.

Em 2022, somando varas e juizados, a 3ª Região já realizou 35 mil perícias. Ao todo, há 3.249 peritos cadastrados. O órgão informa que, após o prazo da lei 13.876/2019, em setembro de 2021, a Justiça Federal ficou sem recursos orçamentários para o custeio das perícias.

“Em algumas subseções, a realização de perícias foi mantida, com diferentes alternativas adotadas para solucionar a falta do custeio, desde partes que decidiram adiantar o pagamento aos peritos, assim como peritos que aceitaram realizar as perícias, na expectativa de receber os valores futuramente”, diz o TRF-3.

O Ministério do Trabalho e Previdência informou que “as perícias judiciais realizadas entre 20 de setembro de 2021 e a data de publicação da lei serão pagas pelo Poder Executivo, de acordo com a lei nº 13.876, de 2019”, mas não informou uma data para quitação das dívidas com as perícias judiciais.

Fonte: com informações da Folha de S.Paulo

Por Redação RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF